

### Relatório Semanal

De **09** a **13** de junho

## 1. Publicações Relevantes (DOU):

### Na segunda-feira (02/06):

- Foi divulgada a <u>CIRCULAR Nº 38, DE 30 DE MAIO DE 2025</u>, que determina a abertura de investigação para apurar dumping nas exportações de folhas metálicas da Alemanha, Japão e Países Baixos para o Brasil, e seu possível impacto sobre a indústria nacional. A medida está relacionada a práticas comerciais que podem afetar cadeias produtivas nacionais e políticas industriais sustentáveis.
- Foi publicada a PORTARIA DE PESSOAL GM/MMA Nº 484, DE 29 DE MAIO DE 2025, que designa representantes de unidades vinculadas ao MMA para compor o Grupo de Trabalho sobre Carbono Florestal. A iniciativa visa fortalecer a governança climática e a formulação de políticas baseadas em ativos ambientais.
- Tornou-se público o <u>DESPACHO DE 22 DE MAIO DE 2025</u>, que autoriza a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Edel Nazaré Santiago de Moraes, a se afastar do país para participar de eventos da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC), entre 8 e 20 de junho, em Bonn, Alemanha. A agenda inclui sessões do SBI-62, SBSTA-62 e reuniões sobre povos indígenas e comunidades locais.
- Foi expedido o <u>DESPACHO DE 28 DE MAIO DE 2025</u>, que autoriza o afastamento do Secretário Executivo Rivetla Edipo Araujo Cruz para participação na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos (UNOC-3), de 7 a 13 de junho de 2025, em Nice, França. A missão reforça a inserção do Brasil no debate internacional sobre proteção marinha e economia azul.
- Tornou-se público o <u>DESPACHO DE 30 DE MAIO de 2025</u>, que autoriza o afastamento do país do servidor Túlio César Mourthé de Alvim Andrade, Diretor de Programa da COP 30 para participar da Conferência de Sustentabilidade de Hamburgo.



Foi expedido o DESPACHO, o Secretário-Executivo Márcio Elias Rosa a integrar a missão presidencial à França e participar do Fórum Econômico Brasil-França, em Paris, de 3 a 8 de junho. A missão é estratégica para a pauta de comércio internacional e internacionalização das MPEs brasileiras.

### Na terça-feira (03/06):

- Foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU), o <u>DECRETO Nº 12.481, DE 2 DE JUNHO DE 2025</u>, o decreto estabelece a nova Política Marítima Nacional, com diretrizes para a atuação do Estado brasileiro no uso sustentável do mar, integração de ações interministeriais e fortalecimento da economia azul. A medida tem implicações diretas sobre a governança dos recursos costeiros e marinhos, áreas protegidas, bioeconomia costeira e adaptação às mudanças climáticas.
- Foi publicada a, PORTARIA MDA Nº 10, DE 2 DE JUNHO DE 2025, Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio), com foco em cadeias produtivas sustentáveis, valorização de produtos da sociobiodiversidade e fortalecimento da agricultura familiar. A iniciativa amplia o escopo de políticas agroambientais e reforça estratégias da bioeconomia de base comunitária.
- Tornou-se público a, <u>PORTARIA GM/MS Nº 7.048, DE 2 DE JUNHO DE 2025</u>, Estabelece transferência de recursos para ações estratégicas da Atenção Primária à Saúde no contexto da COP30, a ser realizada em Belém/PA. A medida integra a preparação intersetorial do governo federal para o evento climático, com enfoque em saúde ambiental, infraestrutura sanitária e vulnerabilidades urbanas.
- Foi expedido o <u>DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2025</u>, que autoriza o afastamento internacional do presidente da COP30, André Corrêa do Lago, para agendas preparatórias em Paris e Bruxelas. As reuniões visam articulação diplomática, técnica e operacional com parceiros europeus para a conferência de Belém.
- Foi divulgado o PORTARIA DE PESSOAL FUNAI Nº 469, Autoriza o afastamento da Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai, para participação nas sessões do SBI-62 e SBSTA-62 da Convenção do Clima, além de colóquio internacional em Paris. A agenda destaca a interseção entre mudanças climáticas, conhecimento tradicional e políticas museográficas.
- Foi expedido o <u>DESPACHO DE 2 DE JUNHO DE 2025</u>, Autoriza a participação do Diretor da Secretaria Nacional de Transição Energética na reunião de peritos da OLADE, no



Panamá, em junho. A missão trata da coordenação regional de políticas de energia limpa e integração latino-americana.

Foi divulgada a, PORTARIA ANA Nº 338, DE 28 DE MAIO DE 2025, que autoriza o afastamento da Diretora-Presidente da ANA, Veronica Sánchez da Cruz Rios, para participar do XIV Congresso da Associação Espanhola de Dessalinização e Reutilização (AEDyR), em Tenerife, Espanha. A agenda reforça o intercâmbio técnico e a cooperação internacional sobre reúso de água e soluções não convencionais para segurança hídrica.

### Na quarta-feira (04/06):

- Foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU), a <u>DECRETO Nº 12.484, DE 3 DE JUNHO DE 2025</u>, Altera o regulamento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, reforçando a governança territorial e os instrumentos de cooperação para conservação florestal, monitoramento ambiental e pagamento por serviços ecossistêmicos. A medida reafirma o compromisso do governo com o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade.
- Foi expedido o DECRETO Nº 12.485, DE 3 DE JUNHO DE 2025, Institui o novo Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade, alinhado à Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB). A norma organiza metas de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios associados à biodiversidade até 2030, com enfoque em soluções baseadas na natureza.
- ♣ Foi expedido o DECRETO Nº 14.486, DE 3 DE JUNHO DE 2025, Institui a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral ProCoral, com diretrizes voltadas à restauração ecológica, fiscalização e articulação interinstitucional sobre zonas costeiras.
- Foi publicado o DESPACHOS DE 30 DE MAIO DE 2025 MMA / ICMBio / BNDES, Foram autorizados os afastamentos de Clarisse Cruz (SFB), lara Ferreira (ICMBio) e Nabil Kadri (BNDES) para participação na 3ª Conferência da ONU sobre Oceanos (UNOC-3), na França. A missão fortalece a diplomacia ambiental brasileira e a articulação para financiamentos verdes.
- foi divulgada a, PORTARIA DE 3 DE JUNHO DE 2025, onde foi nomeada Elis do Nascimento Silva para a Diretoria de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas. A estrutura reforça a transversalidade da pauta ambiental na formulação de políticas públicas com enfoque em equidade territorial.



### Na quinta-feira (05/06):

- Foi publicada a PORTARIA GM/MMA Nº 1.413, DE 4 DE JUNHO DE 2025, Formalizando a criação de colegiado nacional para articulação intergovernamental e integração de políticas voltadas às zonas úmidas brasileiras. A medida visa fortalecer compromissos internacionais assumidos na Convenção de Ramsar e fomentar estratégias sustentáveis nos territórios úmidos do país.
- Foi divulgado o <u>DESPACHO DE 4 DE JUNHO DE 2025</u>, Autoriza a servidora Ana Amélia Campos Toni, Diretora-Executiva da Presidência da COP30, a se afastar do país para missão institucional na França, Noruega, Alemanha e Reino Unido, entre os dias 8 e 27 de junho. A agenda envolve reuniões estratégicas para organização da 30ª Conferência da ONU sobre Clima, a ser sediada no Brasil.
- Foi expedido o DESPACHO, Afastamento da Diretora de Programa Carolina Grottera para acompanhar o Fórum sobre Ação de Escalonamento para o Financiamento da Natureza, em San Jose/EUA, entre 8 e 15 de junho. A missão reforça a interlocução brasileira em finanças sustentáveis e investimentos em ativos naturais.
- Foram publicados os <u>DESPACHOS Nº 39581/2025-MMA</u>, <u>Nº 40638/2025-MMA</u> e <u>Nº 41044/2025-MMA</u>, Autorizados os afastamentos de Thiago Belote (reunião da Rede Amazônica de Autoridades Florestais no Peru), Aloisio Melo (Brazil Forum UK 2025, em Oxford) e Rita Mesquita (Fórum sobre florestas e biodiversidade em Paris). As agendas integram ações internacionais do governo brasileiro nas áreas de governança ambiental, mudança do clima e biodiversidade.
- Foi expedido o <u>DESPACHO</u>, autorizado o afastamento de Luciana Servo, presidenta do Ipea, para participar como palestrante do Simpósio Econômico da África (AES2025) e reunião com a CAFRAD, entre 12 e 17 de julho, em Rabat, Marrocos. A agenda é voltada a reformas econômicas globais e cooperação intergovernamental.

### Na sexta-feira (06/06):

Foi publicado o LEI Nº 15.143, DE 5 DE JUNHO DE 2025, A nova norma autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Eventos Climáticos Extremos e permite repasses diretos do Fundo Nacional de Meio Ambiente a estados e municípios, sem exigência de convênio, para projetos de combate a queimadas e incêndios florestais. A medida também fortalece a logística de resposta a desastres e revoga MPs anteriores sobre o tema.



- Foi expedido o <u>DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA</u>, <u>DE 5 DE JUNHO DE 2025</u>, O Executivo vetou o artigo da nova lei que isentava o fundo climático de tributos federais, por ausência de estimativa de impacto e medida compensatória, em desacordo com a LRF e a LDO 2025. O veto atinge diretamente incentivos fiscais ligados à política de financiamento climático.
- Foi divulgada DECRETO Nº 12.491, DE 5 DE JUNHO DE 2025, O PEM cria um ordenamento estratégico para o uso sustentável do território marinho brasileiro, abrangendo atividades econômicas, ambientais e sociais na Zona Econômica Exclusiva. O planejamento será baseado em zoneamento, participação social e diagnóstico dos ecossistemas costeiros e marinhos.
- Foi publicado o <u>PORTARIA GM/MDIC Nº 142, DE 4 DE JUNHO DE 2025</u>, o comitê irá coordenar o Programa Selo Amazônia, voltado à valorização de produtos e cadeias produtivas da floresta, com ênfase em rastreabilidade, sustentabilidade e economia verde na região amazônica.
- Foi expedido o <u>DESPACHO</u>, que autoriza o afastamento de Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor de Cadastro Ambiental Rural, para participação no Brazil-Norway Dialogue on Climate and Environment, em Oslo, Noruega, entre 9 e 13 de junho de 2025, com ônus para o órgão. A missão visa fortalecer a cooperação bilateral em políticas ambientais e governança territorial.
- Foi divulgada RESOLUÇÕES CNBIO N°s 1, 2, 3, 4 e 5 (2025), As resoluções aprovam o regimento interno da Comissão Nacional de Bioeconomia e criam Câmaras Técnicas voltadas à inteligência e inovação financeira no setor, além de definir o conteúdo da consulta pública sobre o componente sociobioeconômico do Plano Nacional de Bioeconomia.
- Foi divulgado o <u>DESPACHO DE 5 DE JUNHO DE 2025</u>, autoriza a ministra Sônia Guajajara a participar da SB-62 da UNFCCC, em Bonn; da Semana de Ação Climática de Londres; e de evento sobre financiamento ao desenvolvimento, em Sevilha. A missão fortalece a presença do Brasil em fóruns internacionais de justiça climática.
- ♣ Foi publicada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61/SESAN/MDS, DE 5 DE JUNHO DE 2025, que Aprova o modelo de microssistema comunitário de abastecimento de água como tecnologia social de acesso hídrico, com potencial de impacto em comunidades vulneráveis e articulação com políticas de segurança hídrica e combate à pobreza.



- Foi expedida a <u>RESOLUÇÃO COFIEX/MPO Nº 32, DE 5 DE JUNHO DE 2025</u>, que atualiza o procedimento de exame e autorização para projetos com apoio financeiro internacional, com impactos na viabilização de projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável com apoio de bancos multilaterais.
- Foi publicada a PORTARIA MTE Nº 915, DE 5 DE JUNHO DE 2025, Designa novos membros, titulares e suplentes, para o Conselho Nacional do Trabalho. A recomposição do colegiado é relevante para o acompanhamento de políticas públicas voltadas à transição justa, inclusão produtiva e diálogo social nas agendas de sustentabilidade e economia circular.

# Proposições Legislativas Apresentadas:

Na **segunda-feira (02/06)**, foram apresentadas as seguintes matérias legislativas relevantes:

- CD PL 2675/2025, de autoria do Deputado Marcel Van Hattem (NOVO/RS), Deputado Luiz Lima (NOVO/RJ), Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) e outros, Regulamenta o art. 65 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), dispõe sobre as condições e limites para alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do IOF, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária; altera a Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966, o Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências.
- CD REQ 2148/2025, de autoria do Deputado Lincoln Portela (PL/MG), que requer a retirada de tramitação e o consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 4.462, de 2019, que proíbe a instalação de incinerador de resíduo sólido nas cercanias de áreas residenciais.
- CD REQ 72/2025 CMADS, de autoria do Deputado Junio Amaral (PL/MG), que requer o aditamento do Requerimento nº 64/2025 para inclusão de convidados na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, a fim de discutir os impactos e riscos do PL 2.159/2021 (novo marco legal do licenciamento ambiental), incluindo representantes da ABEMA, DNIT e advogado Leonardo Roesler.
- SF RQS 424/2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), que requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 3874/2024, que altera dispositivos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) para permitir o uso de títulos ambientais como instrumento de pagamento de tributos, liquidação de dívidas e desembargo de áreas de produção agrícola.



- SF PL 2686/2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Altera dispositivos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) para permitir a emissão, comercialização e utilização de títulos digitais ambientais lastreados em ativos de biodiversidade, registrados em ambiente regulado, como instrumentos de compensação ambiental, pagamento de serviços ambientais, liquidação de dívidas e incentivo à conservação.
- SF PL 2673/2025 (PL 6969/2013 na Câmara), de autoria do Deputado Federal Sarney Filho (PV/MA), que Institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar); e altera a Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.
- CD PL 2677/2025, de autoria da Deputada Rosângela Reis (PL/MG), dispõe sobre a Mediação nas Relações de Trabalho e dá outras providências.
- CD PL 2679/2025, de autoria do Deputado José Medeiros (PL/MT), altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a data de início da licença-paternidade.

Na terça feira (03/06), foram apresentadas as seguintes matérias legislativas :

- SF RQS 426/2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA),
   Requer a retirada definitiva do Requerimento nº 424/2025.
- SF RQS 425/2025, de autoria do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA),
   Requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 2686/2025.
- CD PL 2701/2025, de autoria da Deputada Caroline de Toni PL/SC, Altera a Lei nº 13.303/2016 para estabelecer critérios técnicos, econômicos e de governança para contratos de patrocínio por empresas estatais, visando à transparência, eficiência e prevenção de desvios de finalidade no uso de recursos públicos.
- SF PL 2704/2025, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), altera a Lei nº 11.482/2007 para estabelecer a atualização anual da tabela progressiva mensal do IRPF com base no IPCA.
- SF PDL 305/2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR),
   Susta os efeitos dos Decretos nº 12.466 e nº 12.467, de maio de 2025, que aumentam as alíquotas do IOF, para evitar penalizações a empresas, trabalhadores e investimentos.



Na quarta-feira (4/06), foi apresentada a seguinte matéria legislativa :

 PLP 128/2025, de autoria do Deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), que Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para reduzir os benefícios federais de natureza tributária, financeira e creditícia em, no mínimo, 10% (dez por cento).

Na quinta-feira (05/06), foi apresentada a seguinte matéria legislativa :

- CD PL 2723/2025, de autoria do Deputado pedro Aihara (PRD/MG), Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer percentual obrigatório de recomposição de vegetação nativa em obras de infraestrutura.
- SF RQS 434/2025, de autoria do Senador Jader Barbalho (MDB/PA), que requer a
  constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 18 membros
  titulares, com igual número de suplentes, para elaborar, no prazo de 360 dias, um
  projeto de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico.

## 2. Temas diversos

Na segunda-feira (02/06), foi enviado:

★ CÚPULA DO BRICS DESTACA TECNOLOGIAS EMERGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL:

Nesta semana, o Brasil sedia a reunião do BRICS, com foco no desenvolvimento de cidades inteligentes por meio de tecnologias emergentes, especialmente a inteligência artificial (IA). A agenda inclui soluções para mobilidade urbana, gestão de resíduos, saneamento básico, eficiência energética e prevenção de desastres naturais.

Na terça-feira (03/06), foi enviado:

★ PRONUNCIAMENTO REFORÇA PRIORIDADES SOCIAIS, PAUTA FISCAL E ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL:



Durante coletiva concedida na manhã desta terça-feira, 03/06, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abordou temas centrais para o cenário político-econômico e a agenda institucional do governo federal.

Na quarta feira (28/05), foi enviado:

### ★ GOVERNO E CONGRESSO BUSCAM ALTERNATIVAS À ELEVAÇÃO DO IOF:

Após a repercussão negativa do decreto que elevou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo federal, por meio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que apresentará um novo pacote de medidas fiscais. A proposta será discutida em reunião com líderes partidários no próximo domingo, 8 de junho, visando alinhar ações que garantam a sustentabilidade fiscal sem comprometer o diálogo com o Congresso Nacional.

#### **★** TENSÃO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO

A decisão inicial de aumentar o IOF gerou críticas tanto de parlamentares da base quanto da oposição, que consideraram a medida unilateral e sem o devido debate legislativo. A repercussão negativa expôs fragilidades na coordenação política do governo e evidenciou o desgaste nas relações institucionais entre Executivo e Congresso.

Na quinta-feira (04/06), foi publicado:

#### **★** ASSINATURA DE DECRETOS MARCA AGENDA AMBIENTAL DO EXECUTIVO

Em cerimônia realizada nesta quinta-feira (05/06), em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o governo federal reafirmou compromissos com a pauta ambiental por meio da assinatura e referendo de diversos decretos. Estiveram presentes o presidente em exercício, Geraldo Alckmin; o ministro interino do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco; a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara; e o ministro das Cidades, Jader Filho.

A solenidade complementou a rodada de decretos assinados ontem (04/06), consolidando uma estratégia ambiental articulada às vésperas da COP30, que ocorrerá em novembro, em Belém (PA).



# 3. Considerações finais

O Instituto VivaCidades(IVC) acompanha com atenção os atos normativos, agendas internacionais e proposições legislativas da semana, que refletem o fortalecimento da pauta ambiental, a preparação para a COP30 e a articulação de políticas públicas voltadas à sociobiodiversidade, segurança hídrica, economia verde e planejamento territorial. Destacam-se os esforços interministeriais voltados à governança climática e o avanço de iniciativas que integram desenvolvimento urbano e transição ecológica.

No Legislativo, ganham relevo proposições sobre o IOF, a política fiscal e os marcos ambientais, com impactos diretos na formulação de instrumentos de gestão urbana e inclusão social. A FPHDUS reafirma seu compromisso com o monitoramento técnico e legislativo dessas agendas, contribuindo para a construção de cidades resilientes, inclusivas e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.